



PARECER Nº 202/2025

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 25/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR MICHEL CARTEIRO, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO SENHOR JOABE ALMEIDA DE SOUZA, EM RECONHECIMENTO À SUA CONTRIBUIÇÃO EMPREENDEDORA E SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO.

I – Relatório.

Cumprindo com o disposto nos Art. 77 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa Leis, foi encaminhada para análise e parecer das comissões a seguinte proposição.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 025/2025, de autoria do vereador Michel Carteiro, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Joabe Almeida de Souza, em reconhecimento à sua contribuição empreendedora e social para o desenvolvimento do município.

O PL foi devidamente protocolado junto à Diretoria Legislativa da Câmara de Parauapebas, de forma eletrônica, através do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL, seguindo todos os procedimentos regimentais necessários.

Ademais, a matéria foi submetida à análise da Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo, unidade vinculada à Procuradoria Geral desta Casa, para emissão de parecer prévio quanto aos aspectos legais e regimentais pertinentes.

II – Voto do Relator.

A proposição em análise trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 25/2025, de autoria do Vereador Michel Carteiro, que visa conceder o Título de Cidadão Honorário ao



Senhor Joabe Almeida de Souza, em reconhecimento à sua contribuição empreendedora e social para o desenvolvimento do Município de Parauapebas.

Do ponto de vista formal, a matéria encontra respaldo no art. 13, inciso XVII, da Lei Orgânica Municipal, que atribui competência privativa à Câmara Municipal para conceder honrarias por meio de Decreto Legislativo, aprovado pelo voto de dois terços de seus membros. No mesmo sentido, o art. 227 e seguintes do Regimento Interno regulam de forma expressa o rito e a forma para a apreciação e aprovação desse tipo de proposição.

Contudo, a análise de legalidade não se limita apenas ao aspecto formal, devendo também observar os limites regimentais quanto à iniciativa parlamentar. O art. 285, parágrafo único, do Regimento Interno estabelece que cada vereador poderá propor, no máximo, cinco projetos de concessão de honrarias por ano legislativo. Tal limitação foi instituída com o objetivo de manter o equilíbrio, a seletividade e a seriedade das homenagens concedidas pelo Parlamento Municipal.

Conforme consulta ao Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), constatou-se que o proponente já apresentou, no corrente ano, cinco projetos de Decreto Legislativo visando à concessão de títulos de cidadão honorário. O presente projeto constitui justamente o quinto, o que significa que eventual apresentação de novos projetos no mesmo exercício configurará excesso e, portanto, afronta ao Regimento Interno.

Ainda que não haja vício direto de inconstitucionalidade ou ilegalidade formal, a proposição deve ser analisada com cautela, pois o limite imposto pelo Regimento Interno é vinculativo e a sua inobservância comprometeria a validade do ato legislativo. Assim, embora este projeto em si não ultrapasse o limite, ele consome integralmente a prerrogativa anual do autor, o que precisa ser registrado nos autos para ciência da Mesa e do Plenário.

A natureza das honrarias legislativas, conforme entendimento consolidado, envolve um juízo de conveniência e oportunidade, reservado exclusivamente aos vereadores, mas tal juízo deve sempre estar sujeito à estrita observância das normas regimentais que disciplinam a matéria. O excesso de projetos de honrarias pode, em tese, desnaturar o instituto, esvaziando seu caráter excepcional e de reconhecimento solene a personalidades que realmente tenham prestado relevantes serviços ao município.



O presente projeto de Decreto Legislativo encontra respaldo formal e material nas disposições constitucionais, orgânicas e regimentais, porém, a legalidade aqui reconhecida deve ser condicionada ao cumprimento estrito do limite anual estabelecido no art. 285, parágrafo único, do Regimento Interno. Ultrapassado esse limite em novas proposições, os projetos subsequentes deverão ser arquivados de plano pela Presidência, em razão de vício insanável.

Ressalte-se, portanto, que a análise ora empreendida não examina o mérito político ou social da homenagem, mas apenas sua compatibilidade jurídica com a legislação vigente. O mérito, por sua vez, caberá ao Plenário, instância soberana de deliberação parlamentar.

Diante de todo o exposto, verifica-se que a proposição, embora constitucional e legal em seu conteúdo, encontra óbice regimental que impõe o seu arquivamento.

III – Conclusão.

Este relator conclui que o Projeto de Decreto Legislativo nº 025/2025, de autoria do vereador Michel Carteiro, encontra-se em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e a legislação aplicável, mas deve ser arquivado por infringir o limite anual de proposições para concessão de honrarias previsto no artigo 285, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parauapebas.

É o parecer do relator.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 2025.

Elias Ferreira de Almeida Filho
Relator



CONCLUSÃO DAS COMISSÕES

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, no uso de suas atribuições regimentais, acompanha o voto do relator e conclui pela legalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 25/2025, com a advertência de que o proponente já utilizou integralmente a prerrogativa anual prevista no Regimento Interno, devendo qualquer proposição posterior de mesma natureza ser arquivada de plano.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 2025.

Sadisvan dos Santos Pereira

*Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação*

Elias Ferreira de Almeida Filho

*Membro da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação*

Leonardo da Silva Mendes

*Membro da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação*